

INFO IST

SAÚDE E DIVERSIDADE: A MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL EM DEFESA DA CIDADANIA LGBTQIAPN+

Em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID), deixando de considerá-la oficialmente como um transtorno mental. Esse reconhecimento foi um marco importante na luta contra o estigma e a discriminação.

Desde então, a data passou a ser utilizada por ativistas, organizações e governos para denunciar a violência, o preconceito e a discriminação enfrentados por pessoas LGBTQIAPN+ e promover políticas públicas de inclusão e respeito à diversidade sexual e de gênero. Atualmente, o dia 17 de maio, **Dia Internacional de Combate à LGBTfobia**, é reconhecido em mais de 130 países, embora nem todos tenham legislações que protejam efetivamente as populações LGBTQIAPN+.

Apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, barreiras estruturais e culturais ainda dificultam o acesso igualitário à saúde para pessoas LGBTQIAPN+. Preconceitos, muitas vezes sustentados por interpretações religiosas conservadoras, e a predominância da cisheteronormatividade – ou seja, suposição cultural de que ser cisgênero¹ e heterossexual é o natural, o certo ou o desejável, enquanto outras identidades de gênero e orientações sexuais são tratadas como exceções ou desvios –

¹ termo usado para definir pessoas cuja identidade de gênero corresponde ao sexo que lhes foi atribuído no nascimento.

ainda marcam as relações de cuidado em serviços de saúde, dificultando o acolhimento e a compreensão das especificidades dessas populações.

Considerando o simbolismo da data, entrevistamos representantes das organizações da sociedade civil (OSC) **Grupo Arco-Íris** e **Conexão G** para lançar luz sobre o papel fundamental dos movimentos sociais na promoção da cidadania LGBTQIAPN+, incluindo o seu direito à saúde e a relações de cuidado respeitadas e livres de preconceito e discriminação.



Gilmara Cunha

Travesti, negra, mareense. Fundadora e diretora executiva do Conexão G. Ativista, defensora dos direitos humanos e referência nacional e internacionalmente promovendo a pauta LGBTI+.

Direcionando sua atuação na promoção da cidadania e dignidade para a população travestigênera de favelas, a fundadora do Grupo Conexão G teve a honra de ser a primeira mulher travesti condecorada com a Medalha Tiradentes, concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Gilmará Cunha é um nome e um corpo subversivo às narrativas de dor e morte que são constantemente destacadas na história de pessoas trans e travestis.

InfoIST: A Conexão G tem sede na Maré, um território marcado pela potência cultural e pela luta por direitos. Desde que você começou a atuar na organização até hoje, que mudanças você percebe nas demandas das populações LGBTQIAPN+ residentes em favelas que chegam até vocês?

Gilmara Cunha:

Para iniciar nosso diálogo, é fundamental reconhecer a complexidade de ser uma pessoa LGBTQIAPN+ na Maré. Trata-se de um território marcado por forças extremas – ora o controle de civis armados, ora a presença violenta de agentes da segurança pública. É como se estivéssemos sempre no meio de uma guerra que não é nossa. **Por sermos dissidentes da cisheteronormatividade, acabamos sendo alvo de violências por ambos os lados, especialmente considerando que esses poderes frequentemente expressam uma masculinidade agressiva e opressora.**

A LGBTfobia se manifesta de formas diretas e indiretas, muitas vezes naturalizadas. Um exemplo que jamais esquecerei é o caso de um menino gay que foi assassinado. Seu corpo levou dois dias para ser encontrado dentro da própria casa. Após sua localização, fui acionada para conseguir apoio para a remoção, pois o poder público se recusava a entrar na favela, tratando-a como "território de risco". Essa negligência virou prática comum: os serviços públicos falham quando se trata de vidas faveladas. No fim, tivemos que levar o corpo em um carrinho de mão até a Avenida Brasil para que fosse retirado.

Ao longo desses 19 anos de atuação da Conexão G na Nova Holanda, promovendo ações de conscientização,

Gilmara Cunha:

eventos como a Parada da Diversidade da Maré e oferecendo serviços essenciais, percebemos mudanças significativas na forma como a população LGBTQIAPN+ é tratada. **Hoje, muitas dessas pessoas já circulam com mais liberdade no território, sem tanto medo de serem constrangidas ou violentadas em público.** Ainda que muitos se refiram ao nosso espaço como “a casa dos viados”, vemos essa expressão com outro olhar – ela é também sinal de resistência, de visibilidade, de conquista.

A mudança é gradual, especialmente em um território historicamente privado de acesso às políticas públicas – quase sempre de forma intencional. **Nosso trabalho de base é essencial para desconstruir os estigmas que ainda pesam sobre nossas existências.** Seria ilusório afirmar que a LGBTfobia deixou de existir, mas estamos fazendo o possível, todos os dias, para que as violações diminuam.

1/3



VOCE CONHECE O
CONEXÃO G?



CONHEÇA NOSSA
HISTÓRIA

O Grupo Conexão G nasce em março de 2006, da articulação de Gilmara Cunha com outros jovens da favela da Maré com um único objetivo: minimizar os preconceitos vividos pela população LGBTI+ nas favelas do município do Rio. O começo de algo que se tornou muito grande.

 grupoconexaog 

VOCE CONHECE O
CONEXÃO G?



INÚMEROS
PROJETOS

De lá pra cá, muitas articulações, projetos e ações foram sendo executadas. Nossa missão é fazer com que esse trabalho atinja cada vez mais pessoas.
Nas fotos, alguns projetos como Cozinha Trans, Escola de Formação Crítica Majorie Machi, Observatório de Violências.

 gilmaracunha13 

Um dos grandes diferenciais da Conexão G é que prestamos serviços para toda a população. Atendemos pessoas de todas as idades, com dignidade, através de uma equipe formada majoritariamente por pessoas LGBTQIAPN+. Ver uma organização gerida por uma travesti, oferecendo serviços que o Estado frequentemente nega, é um ato político e transformador. **Mostramos que nosso lugar não é apenas nas esquinas, mas na promoção da cidadania, do cuidado e na luta por melhores condições de vida – para a população LGBTQIAPN+ e para todas as pessoas que vivem na favela.**

InfoIST: De acordo com o site da Conexão G, a maior parte do público atendido é composta por pessoas negras. Como você enxerga a relação entre o combate ao racismo e a promoção da cidadania LGBTQIAPN+, especialmente no que diz respeito ao acesso e ao direito à saúde?

Gilmara Cunha:

Em nosso **Dossiê do Observatório de Violência**, conseguimos explicar de maneira mais detalhada como nosso trabalho se orienta pela interseccionalidade. Não é possível lidar com os vetores de opressão que atingem a população LGBTQIAPN+ favelada de forma isolada. O histórico de violações mapeado pelo Observatório evidencia que ser uma pessoa de gênero dissidente, negra e moradora de favela é um marcador central nas dinâmicas de exclusão social.

Por isso, fazemos questão de utilizar o **território** como um diferencial metodológico no trabalho desenvolvido pela Conexão G. Entendemos, por exemplo, que uma travesti negra e favelada enfrentará mais barreiras de acesso do que um homem gay branco



Gilmara Cunha:

da zona sul. Não se trata de negar que pessoas brancas também sofrem homofobia, mas de **reconhecer que os marcadores sociais da diferença – como raça, classe e território – afetam diretamente as oportunidades de acesso à educação, ao trabalho e, conseqüentemente, à saúde.**

Dessa forma, não é possível promover os direitos humanos da população LGBTQIAPN+ das favelas sem enfrentar o racismo cisheteropatriarcal. Compreendemos o racismo como uma expressão estruturante da sociedade brasileira, que, aliado ao classismo e à estigmatização das identidades LGBTQIAP+, alimenta a criminalização da pobreza impactando diretamente a vida da população de favelas e periferias.

Nosso trabalho de sensibilização busca, junto às pessoas atendidas, identificar os mecanismos sofisticados de exclusão social e promover o conhecimento sobre seus direitos. **Notamos que, ao fim dos projetos, essas pessoas saem mais empoderadas para reivindicar e exercer sua cidadania. O conhecimento é nossa principal ferramenta contra a ignorância.**

Um exemplo recorrente nos atendimentos de saúde é a violação do direito ao uso do nome social. Muitas de nossas usuárias – mulheres travestigêneres – relatam não ser chamadas por seus nomes sociais nas clínicas da família, mesmo com documentos retificados. Isso gerava



afastamento dos espaços de cuidado. Através dos grupos focais desenvolvidos pelos projetos da Conexão G, o compartilhamento de experiências entre usuárias e a difusão das garantias legais possibilitaram a criação de estratégias coletivas para reivindicar um tratamento digno.



Julio Moreira

Tecnólogo em eventos e designer gráfico.

Atua como ativista nas pautas LGBTI+, de Direitos Humanos e na luta contra o HIV/aids desde 2002.

Diretor Financeiro do Grupo Arco-Íris (GAI).

No Grupo Arco-Íris, Julio coordena diversas ações em projetos na área de prevenção do HIV/AIDS e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), mobilização comunitária, empreendedorismo e formação profissional para pessoas LGBTI+ em situação de pobreza, incidência política e a Parada do Orgulho LGBTI-Rio.

Também é um dos coordenadores da mobilização comunitária do ImPrEP CAB Brasil², um estudo de demonstração pioneiro dedicado à implementação do medicamento antirretroviral cabotegravir injetável de longa duração no país.

InfoIST: Vocês são conhecidos por atuarem na defesa das populações LGBTQIAPN+ e no combate à discriminação e à violência contra a comunidade aqui na região do Rio de Janeiro-RJ. Quando surgiu a organização e quais transformações mais importantes vocês observaram neste período, em termos de avanços e desafios?

Julio Moreira:

O Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+ foi fundado em 21 de maio de 1993, na cidade do Rio de Janeiro, por um grupo de amigos motivados pela epidemia de aids e pela discriminação enfrentada por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.



Inspirados pela vivência no bairro Castro, em São Francisco (EUA), onde presenciaram uma comunidade LGBTI+ vivendo com liberdade e respeito, os fundadores buscaram criar um espaço semelhante no Brasil, promovendo cidadania e direitos humanos para a população LGBTI+. Desde sua criação, o Grupo Arco-Íris tem se destacado por diversas iniciativas:

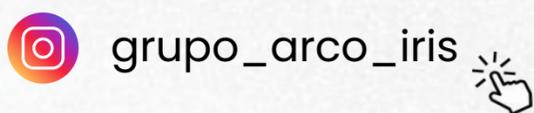
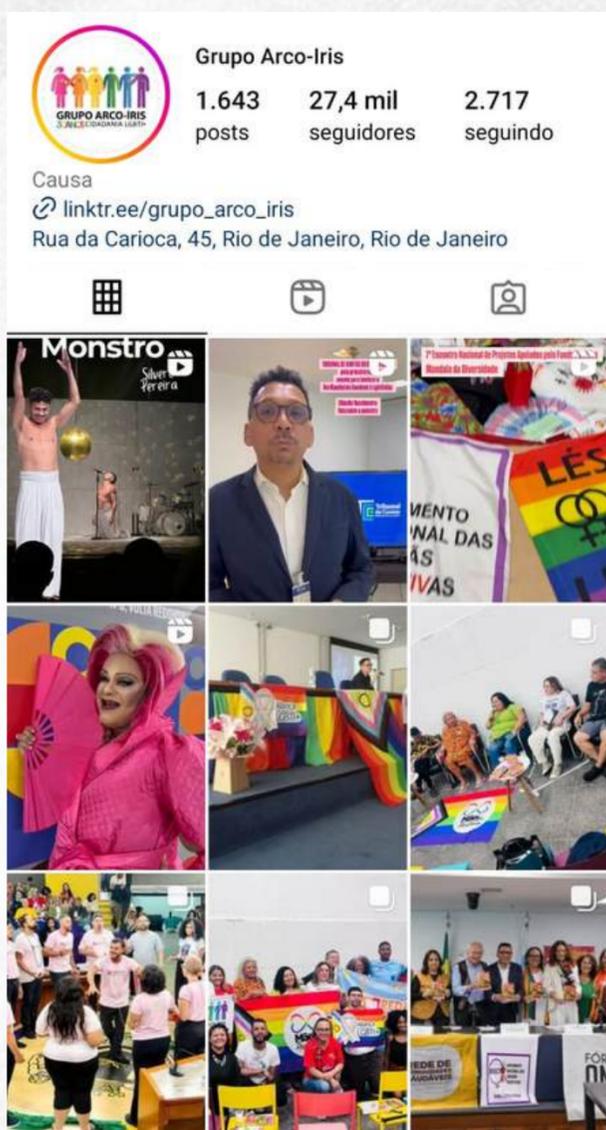
- **Organização da primeira Parada do Orgulho LGBTI+ do Brasil**, realizada em 1995 no Rio de Janeiro, evento que se tornou símbolo de visibilidade e luta por direitos.

²O ImPrEP CAB Brasil é uma iniciativa do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI), da Fiocruz, com o Ministério da Saúde, contando com o apoio da Unitaid. O estudo tem como público-alvo cerca de 1.200 jovens gays e outros homens que fazem sexo com homens (HSH), indivíduos não binários, travestis e pessoas trans, de 18 a 30 anos, HIV negativos e virgens de PrEP, sendo realizado em seis centros de estudo nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Salvador, Manaus e Florianópolis. O objetivo é gerar evidências científicas para tornar essa modalidade de profilaxia pré-exposição (PrEP) ao HIV uma alternativa de política pública de saúde.



Julio Moreira:

- **Atuação na formulação de políticas públicas**, como o programa federal "Brasil sem Homofobia"; o planejamento e a criação do Programa Estadual Rio sem LGBTIfobia, entre 2007 e 2009; capacitação de servidores e agentes de segurança, criação de centros de cidadania LGBTI, campanhas institucionais e desenvolvimento de metodologias para inclusão da temática em pesquisas oficiais, entre outras.



- **Desenvolvimento de projetos sociais**, incluindo ações de prevenção de ISTs/HIV/AIDS e capacitação de lideranças LGBTI+, como os projetos "Sexo Mais Seguro entre Gays e HSH" e "Somos", financiados pelo Ministério da Saúde.
- **Preservação da memória social LGBTI+**, com a criação do Centro de Memória em 2018 e o lançamento do Museu Movimento LGBTI+ em 2023, reconhecido pelo Instituto Brasileiro de Museus como ponto de memória social.

- **Incidência Política:** contribuído e participado da criação de diversas legislações, ordenações e jurisprudências no âmbito Municipal, Estadual e Federal, como: leis antidiscriminação em razão da

Julio Moreira:

orientação sexual e identidade de gênero, direitos previdenciários para casais do mesmo gênero, direito à adoção por pessoas LGBTI+, casamento civil igualitário, criminalização da LGBTIfobia e direito à doação de sangue por LGBTI+.

Participação Social: por meio da criação e atuação em conselhos e comissões voltados à saúde e aos direitos LGBTI+, como o Conselho Estadual LGBTI, Conselhos de Saúde, Cams/Dathi³ do Ministério da Saúde, Conselho Nacional LGBTI+ e de Direitos Humanos, além da organização de audiências públicas, congressos e conferências sobre direitos humanos, cidadania, justiça, educação e saúde.

Além disso, o Grupo Arco-Íris é membro fundador da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) e da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexos da América Latina e Caribe, integrando redes que defendem os direitos LGBTI+ em âmbito nacional e internacional, além de membro-parceiro da Aliança Nacional LGBTI+.

Enfrentamos diversos desafios como, o ainda alto, índice de violência e discriminação contra a população LGBTI+, a fragilidade ou incapacidade de políticas públicas existentes em darem resposta mais efetivas para mudar esse cenário; a falta ou limitação de recursos orçamentários para a capilaridade ou robustez

³Comissão de Articulação com os Movimentos Sociais em HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (Cams) do Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (Dathi) do Ministério da Saúde



Julio Moreira:

em ações comunitárias e campanhas de informação para a população no que tange à cidadania e prevenção à violência e à infecção pelo HIV e outras IST.

Com mais de três décadas de atuação, o Grupo Arco-Íris continua sendo uma referência na promoção da cidadania, na defesa dos direitos humanos e na luta contra a discriminação, contribuindo significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

InfoIST: Como você vê a importância do acesso e da adesão à PrEP entre as populações LGBTQIAPN+?

Aparecem questões relacionadas a esta estratégia de prevenção entre as pessoas atendidas por vocês?



Julio Moreira:

O acesso e a adesão à PrEP são fundamentais para a saúde pública, especialmente entre as populações LGBTI+, que historicamente enfrentam maiores vulnerabilidades diante da epidemia de HIV/AIDS. A importância desse recurso contribui para a redução efetiva da transmissão do HIV, quando tomada corretamente.

Para pessoas LGBTI+, a PrEP representa uma forma de tomar controle da própria saúde sexual, muitas vezes em contextos marcados por estigmas, discriminação e barreiras ao acesso à informação e aos serviços. Ao disponibilizar a PrEP gratuitamente pelo SUS, o Brasil reforça o princípio do direito à saúde universal.

A PrEP serve como uma porta de entrada para outros cuidados em saúde, tendo em vista que o seu



Julio Moreira:

acompanhamento inclui testes regulares para HIV, sífilis e outras ISTs; monitoramento das funções vitais e orientações sobre saúde sexual e reprodutiva. **Ou seja, a PrEP pode ser um gatilho positivo para o cuidado integral com a saúde, criando vínculos com os serviços de saúde.**

Ainda há muito preconceito em torno da sexualidade e do HIV. A promoção da PrEP como estratégia legítima de prevenção ajuda a desconstruir o estigma de que o cuidado com o HIV está associado à “promiscuidade” ou à “culpa”, promovendo uma abordagem mais ética, informada e humanizada.

Apesar da importância, ainda existem desigualdades de acesso, tendo em vista que populações trans e negras enfrentam mais barreiras para iniciar e manter a PrEP. É isto que percebemos nas demandas que surgem cotidianamente no Grupo Arco-Íris. O estigma dentro dos próprios serviços de saúde ainda afasta muitas pessoas LGBTI+. Há carência de campanhas educativas específicas para lésbicas, bissexuais, pessoas não binárias, entre outros. Garantir acesso universal e adesão sustentável exige políticas públicas intersetoriais, acolhimento qualificado e formação continuada de profissionais de saúde.

A PrEP é uma ferramenta transformadora na luta contra o HIV — mais do que uma prevenção biomédica, é uma estratégia de cidadania e afirmação de direitos para populações LGBTQIA+. **Para alcançar seu potencial máximo, porém, é preciso romper barreiras sociais, institucionais e culturais que ainda limitam seu alcance.**



GERHV REALIZA ENCONTRO DE COORDENADORES MUNICIPAIS DE HEPATITES VIRAIS



No dia 29 de abril de 2025 foi realizado o Encontro com os Coordenadores Municipais de Hepatites Virais do Estado do Rio de Janeiro a fim de discutir, entre outros assuntos, a construção da linha de cuidado das hepatites virais para futura pactuação regional e na Comissão Intergestores Bipartite (CIB), como já ocorreu na região serrana.



Seguindo o plano da OMS, a meta para as hepatites virais é a sua eliminação até o ano de 2030. Com o foco em discutir as melhores estratégias para atingir a meta, o estado busca a intersectorialidade, visto que a saúde se trata de um conjunto de fatores e não apenas da ausência da doença.



Além dos coordenadores municipais, a reunião contou com representantes do Ministério da Saúde, da Atenção Primária à Saúde e da Área Técnica da População Privada de Liberdade (SAPPSV), da SES/RJ.



A gerência de Hepatites Virais apresentou atualizações relativas às hepatites B e C entre os povos originários e população em situação de rua. A reunião também estimulou que os programas municipais realizem ações no Julho Amarelo de 2025 em populações em situação de maior vulnerabilidade dentro de seus territórios.

GERIAIDS DISPONIBILIZA VIDEOAULAS PARA APOIAR MUNICÍPIOS NO COMBATE À TRANSMISSÃO VERTICAL

A GERIAIDS organizou 4 (quatro) videoaulas, com duração de cerca de 30 minutos, sobre transmissão vertical:

1. Vigilância do HIV
2. Vigilância da sífilis
3. Exposição vertical ao HIV
4. Abordagem da gestante com sífilis

As videoaulas poderão ser utilizadas pelos municípios para organizar as ações de vigilância da transmissão vertical, além de orientar sobre o manejo correto das gestantes e das crianças expostas.

As dúvidas poderão ser esclarecidas através do e-mail: **transmissaovertical@saude.rj.gov.br**

Clique nas imagens para acessar os conteúdos:

Vigilância da sífilis



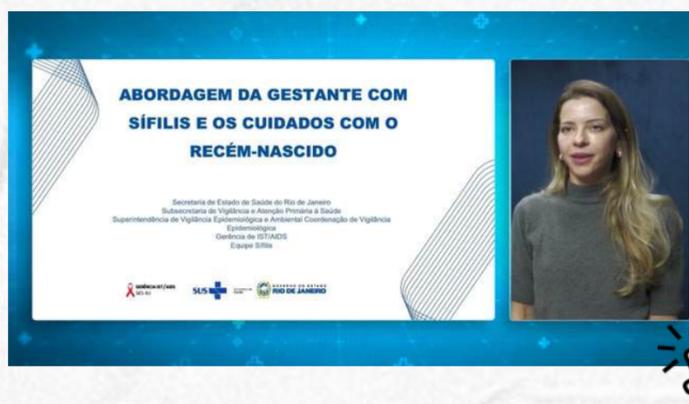
Vigilância do HIV



Exposição vertical ao HIV



Abordagem da gestante com sífilis



CAPACITAÇÃO EAD EM TESTES RÁPIDOS REFORÇA DIAGNÓSTICO DE HIV, HEPATITES E SÍFILIS NO SUS

Por Shirlei Ferreira de Aguiar
Bióloga e Técnica da GERIAIDS



Iniciativa do Ministério da Saúde promove formação técnica e amplia o acesso ao diagnóstico precoce em todo o país

Desde 2005, o Ministério da Saúde tem apostado fortemente na capacitação de profissionais da saúde na realização de testes rápidos (TR) como estratégia para ampliar o diagnóstico precoce de infecções sexualmente transmissíveis (IST), em especial o HIV e posteriormente expandindo para as hepatites B e C e sífilis. A implementação de TR nos serviços de saúde passou a ser uma ferramenta essencial para facilitar o acesso da população ao conhecimento do seu estado sorológico, promovendo respostas mais ágeis na atenção básica e na rede de cuidados do Sistema Único de Saúde (SUS).

No início, a formação era restrita a profissionais de saúde com nível superior. Com o avanço da estratégia, técnicos de enfermagem também passaram a ser capacitados, desde que atuem sob a supervisão de profissionais de nível superior habilitados. Importante frisar que apenas os profissionais com formação superior e capacitação específica em TR podem assinar laudos e liberar os resultados.

Formação prática com abrangência nacional

As primeiras formações foram conduzidas por equipes de multiplicadores do Departamento de Doenças de Transmissão Sexual, HIV/Aids e Hepatites Virais, atualmente Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DATHI), que percorriam todos os estados do Brasil. Os treinamentos abordavam técnicas de aconselhamento pré e pós-teste, fundamentos teóricos dos testes rápidos, execução segura dos procedimentos, cuidados relacionados à biossegurança e orientações sobre o registro e descarte adequado de resíduos biológicos.

O sucesso da iniciativa levou à criação do TELELAB TR, sistema audiovisual voltado à capacitação em TR, além da constituição de equipes de multiplicadores nos próprios estados. Este avanço contribuiu significativamente para a descentralização do processo formativo e para a ampliação da cobertura dos serviços de diagnóstico.

Ensino a distância e acesso democrático à capacitação

Com o fortalecimento das ferramentas de ensino a distância (EAD), o DATHI/MS, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), lançou em 2022 o curso online “Utilização dos testes rápidos no diagnóstico da infecção pelo HIV, da sífilis e das hepatites B e C”. Gratuito, autoinstrucional e disponível na plataforma Moodle do Campus Virtual Fiocruz, o curso oferece uma carga horária de 15 horas, dividida em cinco módulos.

Destinado a profissionais da saúde de todas as regiões do país, o curso aborda desde os cuidados com os kits de testagem e interpretação dos resultados até os encaminhamentos adequados dentro da rede assistencial. Além disso, fornece acesso a manuais atualizados do Ministério da Saúde e orientações práticas para lidar com intercorrências durante a testagem.

Ao final da capacitação teórica, é aplicada uma avaliação e, mediante aprovação, o profissional recebe um certificado.

Posteriormente a capacitação, a coordenação municipal de IST/AIDS local, de posse desse certificado, deverá indicar uma Unidade de Saúde no qual já são oferecidos os testes , para que o profissional realize o treinamento prático, além da abordagem pré e pós teste ,completando a formação e assegurando uma execução eficaz dos testes rápidos.

Compromisso com a Saúde Pública

A iniciativa integra uma política de saúde pública que busca fortalecer a vigilância, o diagnóstico precoce e a humanização do cuidado. Com profissionais cada vez mais qualificados e processos padronizados, o SUS avança no enfrentamento das ISTs, assegurando maior cobertura, eficiência e qualidade nos serviços oferecidos à população.

Clique aqui e acesse a plataforma.



GERIAIDS REALIZA LEVANTAMENTOS TÉCNICOS E CONTA COM A CONTRIBUIÇÃO DAS COORDENAÇÕES MUNICIPAIS

Considerando a necessidade de estabelecer estratégias que ampliem o acesso a procedimentos reparadores da lipoatrofia facial – uma das manifestações da síndrome da lipodistrofia, caracterizada pela perda de gordura periférica, principalmente na face, membros e nádegas – a GERIAIDS está realizando um levantamento sobre a existência de demanda reprimida por esse tipo de tratamento.

A iniciativa visa contribuir para a preservação da autoestima, a melhoria da adesão ao tratamento e a promoção da qualidade de vida das pessoas afetadas. O formulário deve ser preenchido pelas Coordenações Municipais.

Clique aqui para acessar o *Forms* que avalia a existência de demanda reprimida por tratamentos reparadores da lipoatrofia facial.



Outro levantamento que vem sendo realizado pela GERIAIDS e destinado às Coordenações Municipais é o **Levantamento sobre a oferta da Profilaxia Pós-Exposição ao Risco de Infecção pelo HIV (PEP) e a Profilaxia Pré-Exposição ao Risco de Infecção pelo HIV (PrEP) nos municípios do estado do Rio de Janeiro - 2025**. Tem o objetivo de apoiar o planejamento das próximas ações destinadas à ampliação do acesso a estas tecnologias.

Clique aqui para acessar o *Forms* sobre a oferta de PEP e PrEP.





PESSOAS EM USO DE PREP AGORA PODEM SE VACINAR CONTRA A HEPATITE A NO SUS

A Nota Técnica Conjunta Nº 184/2025-DPNI/DATHI/SVSA/MS, assinada pelo Departamento de HIV/AIDS, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DATHI) e pelo Departamento do Programa Nacional de Imunizações (DPNI), dispõe sobre a oferta da vacina contra hepatite A para pessoas em uso da profilaxia pré-exposição ao HIV (PrEP).

O documento considera o perfil epidemiológico das pessoas diagnosticadas com hepatite A. Esta infecção tem sido mais prevalente em populações em situação de maior vulnerabilidade, como gays e outros homens que fazem sexo com homens (HSH), além de pessoas que utilizam drogas, especialmente aquelas que compartilham utensílios para consumo. A nota indica que pessoas que fazem uso da PrEP apresentam, desproporcionalmente, maiores taxas de hepatite A.

A inclusão da vacina contra a hepatite A para esses usuários visa ampliar a cobertura vacinal nesta população. Espera-se que essa ampliação contribua para evitar novos surtos e mitigar a propagação do vírus da hepatite A, promovendo a melhoria das condições de saúde coletiva e a eliminação da hepatite A na comunidade.

Clique para acessar a Nota Técnica.



MINISTÉRIO DA SAÚDE DIVULGA BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO ESPECIAL SOBRE TUBERCULOSE EM PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

O Ministério da Saúde (MS) lançou o **Boletim Epidemiológico Especial 2025**, focado na situação da tuberculose (TB) entre pessoas privadas de liberdade no Brasil. Em 2023, este grupo representou 9,1% dos casos novos de TB no país.



O informativo destaca as condições que aumentam a vulnerabilidade das pessoas privadas de liberdade à TB, como ambientes com superlotação, problemas estruturais (falta de iluminação natural e ventilação adequada), condições precárias de higiene e saúde e dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Estes fatores associam-se às suscetibilidades individuais, como desnutrição, tabagismo, alcoolismo, infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV), da hepatite B (HBV) e da hepatite C (HCV), sífilis e doenças crônicas não transmissíveis, além do estigma e da discriminação.

O boletim fornece informações detalhadas que podem auxiliar gestores e profissionais de saúde na implementação de estratégias eficazes para o diagnóstico, tratamento e prevenção da tuberculose nas unidades prisionais.

MINISTÉRIO DA SAÚDE ESCLARECE REGRAS PARA REINTEGRAÇÃO DE ANTIRRETROVIRAIS DEVOLVIDOS POR PACIENTES

O DATHI/SVSA/MS publicou a Nota Técnica nº 128/2025 com orientações sobre a reintegração de medicamentos antirretrovirais devolvidos por usuários ou serviços à rede pública de saúde. A medida responde a dúvidas frequentes das unidades dispensadoras sobre a viabilidade de reaproveitar esses medicamentos, considerando os princípios de racionalização de recursos e segurança sanitária, e traz recomendações

A nota informa que a devolução de medicamentos antirretrovirais por usuários exige atenção aos critérios legais e sanitários que regulam sua reintegração ao estoque das unidades dispensadoras.

Entre as recomendações listadas, estão: a avaliação da reintegração de medicamentos antirretrovirais devolvidos deve ser feita pelo farmacêutico, com base nas normas sanitárias vigentes; reintegração só deve ocorrer quando houver garantia das condições adequadas de conservação, validade e integridade da embalagem, conforme a RDC nº 430/2020; Se reincorporado ao estoque, o farmacêutico deve registrar a entrada no Sistema de Controle Logístico de Medicamentos (SICLOM), módulo operacional, com a justificativa “Devolução de usuário” durante o preenchimento do Mapa de Movimento Mensal de Medicamentos/Aids.

Clique para acessar a Nota Técnica.



MINISTÉRIO DA SAÚDE DISPONIBILIZA NOVOS TIPOS DE AUTOTESTES DE HIV

A partir de maio de 2025, o MS, por meio do DATHI/SVSA, passará a disponibilizar o Autoteste de HIV Bio-Manguinhos, que utiliza amostra de sangue total obtida por punção digital. Dessa forma, as unidades poderão incluir esse insumo na solicitação de ressuprimento (mapa) referente ao mês de maio.



Autoteste HIV Bio-Manguinhos

Atualmente, estão disponíveis na rede pública de saúde, os autotestes que utilizam amostras de fluido oral (HIV Detect Oral), que podem ser solicitados através do Sistema de Controle Logístico de Insumos Laboratoriais (Sisloglab).

Por meio de um Ofício enviado aos coordenadores estaduais, o Dathi/SVSA/MS recomenda que ambas as opções de autotestes estejam disponíveis aos usuários/as do SUS conforme estratégias dispostas nas **Diretrizes para Distribuição de autotestes de HIV no Brasil** e, de forma complementar, na **Nota Informativa N° 3/2024-CGAHV/.DATHI/SVSA/MS:**

- Parcerias sexuais e/ou pares de pessoas que buscam a PrEP;
- Locais de sociabilidade das populações-chave e prioritárias;
- Parcerias sexuais de pessoas vivendo com HIV/aids (PVHA);
- Parcerias sexuais e/ou pares de pessoas testadas nos serviços de saúde

[Clique aqui para acessar o Ofício.](#)



PUBLICADO RELATÓRIO DE MONITORAMENTO CLÍNICO DAS GESTANTES VIVENDO COM HIV E/OU AIDS



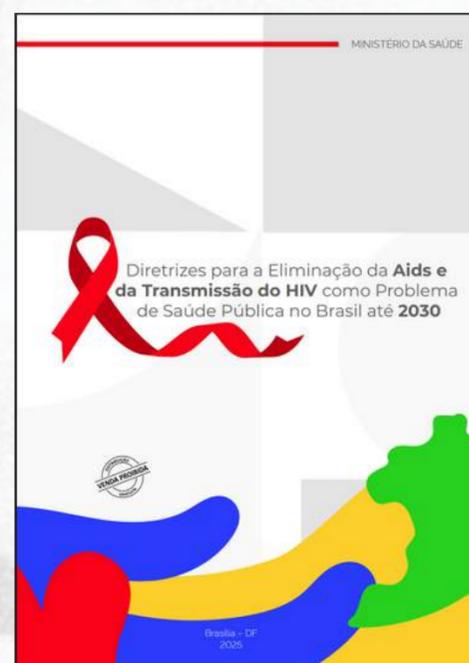
Clique na **imagem**
para acessar.

Considerando a importância do monitoramento clínico das pessoas vivendo com HIV e/ou aids (PVHA) e a eliminação da transmissão vertical de HIV como uma de suas prioridades, o DATHI/SVSA/MS publicou o Relatório de Monitoramento Clínico das Gestantes Vivendo com HIV.

O Relatório informa que o DATHI vem trabalhando no desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento clínico tanto das gestantes vivendo com HIV e/ou aids como das crianças expostas ao HIV. No documento também estão descritas ações estratégicas que vêm sendo desenvolvidas pelo Departamento para a eliminação da transmissão vertical do HIV no Brasil.

DATHI PUBLICA DOCUMENTO COM DIRETRIZES PARA A ELIMINAÇÃO DA AIDS E DA TRANSMISSÃO DO HIV COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL ATÉ 2030

O Ministério da Saúde lançou um conjunto de diretrizes com o objetivo de eliminar a aids e a transmissão do HIV como problemas de saúde pública no Brasil até 2030. Foram estabelecidas metas parciais até 2027, a serem monitoradas anualmente.



O documento foi elaborado pelo DATHI/SVSA/MS com o apoio de instâncias assessoras, como a Comissão de Gestão em HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (Coge), a Comissão de Articulação com os Movimentos Sociais (Cams) e a Comissão Nacional de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (Cnaids). Sua construção contou, ainda, com a participação da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (Saps) e da Secretaria de Atenção Especializada em Saúde (Saes).

Após as contribuições dessas comissões e secretarias, as diretrizes foram apresentadas e pactuadas em espaços de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS): o Grupo Técnico de Vigilância em Saúde (GTVS) e a Comissão Intergestores Tripartite (CIT), para aprovação.

RODADA AEQ TEÓRICA PARA A REDE DE BIOLOGIA MOLECULAR RÁPIDA PARA DETECÇÃO DE CLAMÍDIA E GONOCOCO (CT/NG RÁPIDO) É ADIADA

A Coordenação do Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade (AEQ) informa, por meio de ofício que a Rodada 1 AEQ CT/NG RÁPIDA, inicialmente prevista para iniciar em 01/07/2025, conforme informado no Ofício nº 03/2025/LBMMS/UFSC, será adiada.

A mudança se deve ao processo de ampliação da rede rápida, com diversas capacitações ainda em andamento nos serviços participantes. A nova data será divulgada oportunamente.

CONHEÇA A 8ª EDIÇÃO DO COMUNICA DIAG, PUBLICAÇÃO DA EQUIPE DE DIAGNÓSTICO DO DATHI



Clique na **imagem** para acessar.

AGENDA

10/06/25

Webinar Diagnóstico

12/06/25

Capacitação em SIMC Presencial

24/06/25

Oficina MMQ Qualiaids

25/06/25

Visita técnica SICLOM e SIMC Barra Mansa

Encontre as gírias e descubra o significado

Em junho é celebrado o Mês do Orgulho LGBTQIA+ e entre tantas características que transitam pela comunidade em resistir, está a presença de gírias em um dialeto exclusivo: o “pajubá”.

ARRASOU - AJEUM - AMAPÔ - BERRO - CARÃO - FECHAR - LARICA - MILHO - OJO - OTIM

O	J	O	F	A	P	J	A	N	O
K	R	S	C	J	K	I	N	Ã	U
B	M	A	O	E	D	N	R	L	L
E	I	L	N	U	O	A	I	E	A
R	L	E	T	M	C	V	H	N	R
R	H	D	E	O	T	I	M	A	I
O	O	H	V	N	E	S	K	M	C
S	L	F	E	C	H	A	R	A	A
E	E	H	Z	D	B	E	B	P	N
A	R	R	A	S	O	U	Y	Ô	I

Clique aqui e veja as respostas!



ARRASOU: admiração em relação a algo de outra pessoa.

AJEUM: comida.

AMAPÔ: mulher.

BERRO: expressão usada para algo muito engraçado.

CARÃO: fazer pose.

FECHAR: fazer sucesso.

LARICA: fome.

MILHO: agito.

OJO: olhar.

OTIM: bebida.

OPINIÃO

**Deseja enviar seu comentário
sobre o jornal, críticas, sugestões
de conteúdo?**

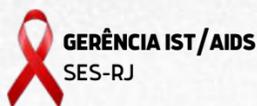
Clique **aqui** 

Realização:

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria de Vigilância e Atenção Primária em Saúde
Superintendência de Vigilância Epidemiológica e Ambiental
Coordenação de Vigilância Epidemiológica
Gerência de IST/AIDS e Gerência de Hepatites Virais

Análise e Elaboração de Conteúdo:

Gerência de IST/AIDS e Gerência de Hepatites Virais



Gerência de Hepatites Virais:

Clarice Gdalevici – Gerente
Carlos Augusto Fernandes
Janaina Nascimento Brito Farias
Julia Barcelos do Nascimento
Lorena de Souza Pereira
Lorrany Viana de Souza Santos
Raiane Freitas de Lima
Suellen da Silva Fernandes
Susi Rodrigues de Sales Moraes
Vanessa Tábata Nobrega de Oliveira

Gerência de IST/AIDS :

Juliana Rebello Gomes – Gerente
Alessandra Vieira Tavares
Amanda Dantas Brandão
Ana Beatriz Teixeira Brandão Camello
Ana Maria Cruz da Silva
Anete da Silva Santos
Antônio Miguel de Oliveira
Catarina Batista Valentin dos Santos
Cleide Pereira de Souza
Elizabeth Borges Lemos
Elvira Maria Loureiro Colnago
Giovana Teixeira Fernandes
Gustavo Costa Ney
Jadir Rodrigues Fagundes Neto
Karen Almeida Mello dos Anjos

Lúcia Maria Xavier de Castro
Luiza Carneiro da Cunha Faria
Marcella Martins Alves Teofilo
Monika Maria Correia Zelaya
Naildes de Souza Conceição de Almeida
Oliveira
Raquel Toste Ávila Magalhães da Mota
Sandra Lúcia Filgueiras
Sheila de Almeida Pereira
Shirlei Ferreira de Aguiar
Sidnei Nascimento Cabral
Sonia de Aragão Menezes
Tania Regina Paula Quintarelli

Organização desta edição

Amanda Dantas Brandão
Juliana Rebello Gomes

Redação, Edição e Diagramação

Amanda Dantas Brandão

Elaboração do Passatempo

Luiza Carneiro da Cunha Faria

Revisão Técnica

Andrea Lopes de Araújo Santana
Clarice Gdalevici
Cristina Maria Giordano Dias
Gabrielle Damasceno da Costa
Juliana Rebello Gomes